

São Paulo, 06 de novembro de 2023

**Ao Complexo Assistencial Cairbar Schutel - CACS.**

**Aos diretores e conselheiros**

Prezados Senhores,

Por meio deste, encaminhamos aos cuidados de V.S.a, o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021** da **Complexo Assistencial Cairbar Schutel - CACS**, acompanhado das demonstrações contábeis, que incluem notas explicativas, elaboradas pela sua administração.

Atenciosamente,



**Ed Carlos** Fonseca

Contador Responsável

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

### **Alcance**

Examinamos as demonstrações financeiras do Complexo Assistencial Cairbar Schutel - CACS. (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

### **Opinião Adversa**

Em nossa opinião, devido à relevância dos assuntos discutidos no parágrafo a seguir intitulado “Base para opinião adversa”, as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Complexo Assistencial Cairbar Schutel - CACS em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especialmente às aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002).

### **Base para Opinião Adversa**

- 1) Conforme estabelecido nas seções 10, 12, 13, 16 e 19 da norma ITG 2002 (R1) Entidades sem finalidade de Lucros, a Entidade deve reconhecer em seu resultado de cada exercício as doações, gratuidades e trabalho voluntário recebidos e prestados. Entretanto para o exercício de janeiro a dezembro de 2021 foram reconhecidos apenas as doações recebidas em equivalentes de caixa, conforme destacada na nota explicativa 2.g. A entidade, conforme descrito nas suas notas de contexto operacional, é voltada para concepção de serviços e atividades filantrópicas e beneficentes, muitas dessas subsidiadas por recebimento de tempo e serviços e voluntários, representando significativa parte de sua atividade, porém, não foi possível quantificarmos esses valores de receitas, custos e despesas, e, portanto, ficamos limitados quanto aos impactos às demonstrações da entidade.
- 2) De acordo com o as seções 10 e 12 da norma ITG, a Entidade também deve reconhecer em suas contas patrimoniais, as doações não monetárias recebidas ou ainda bens duráveis, ou serviços agregados à bens duráveis, que passem a ser de posse e propriedade da entidade. Verificamos que em 31/12/2021 a entidade possui bens de natureza imobilizada, assim como bens de natureza de estoque, que são posteriormente ofertados à sociedade por meio de bazares, que não foram corretamente quantificados e não estão refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Devido à ausência de informações e documentos suficientes, ficamos limitados quanto a eventual valoração desses bens, e conseqüentemente os impactos no ativo, circulante e não circulante, assim como resultado do exercício e patrimônio social da entidade.



- 3) Conforme descrito na nota explicativa número 2.b. a entidade segue o regime financeiro de caixa para seus registros de entradas e saídas. Em 2021 a entidade reconheceu no resultado do exercício como despesas de férias e encargos conforme gozo do período, e não reconheceu em seu passivo a provisão dos totais incorridos de avos, conforme regime de competência. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o passivo da entidade encontra-se subavaliado em MR\$ 70 em detrimento da superavaliação do seu resultado do exercício e patrimônio social.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

#### **Outros assuntos**

#### **Valores Correspondentes**

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cujos valores são apresentados para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas. Não obstante executamos procedimentos adicionais decorrentes de primeira auditoria sobre transações e valores que compõem os saldos em 31 de dezembro de 2020 que foram suficientes para identificar distorções relevantes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 2021 e comparativas do exercício de 2020, conforme descrito nos parágrafos “Base para Opinião Adversa” contante nesse relatório.

Assim a leitura das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 deve levar em consideração os efeitos, e possíveis efeitos dos assuntos objeto de ressalvas neste relatório, assim como os efeitos, e possíveis efeitos nas demonstrações comparativas em 31 de dezembro de 2020.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

*Handwritten signature*

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, SP, 06 de novembro de 2023

Gorioux Faro Auditores Independentes S/S

CRC 2SP 023.512/O-0

CVM 12831

CNAIPJ 0254



Ed Carlos Fonseca

CRC 1SP 336.697/O-1

CNAI 8423

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(preparadas pela Administração)

12/31

**COMPLEXO ASSISTENCIAL CAIRBAR SCHUTEL - CACS**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Valores em reais (R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> não auditado	<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> não auditado
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	336.044	252.069	Obrigações trabalhistas	5	13.777	12.697
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>		<u>336.044</u>	<u>252.069</u>	<b>TOTAL CIRCULANTE</b>		<u>13.777</u>	<u>12.697</u>
 <b>NÃO CIRCULANTE</b>				 <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Imobilizado	4	181.103	181.103	Patrimônio Social	6	420.475	344.064
		<u>181.103</u>	<u>181.103</u>	Superávit do Exercício	6	82.896	76.410
						<u>503.371</u>	<u>420.475</u>
 <b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>517.147</u>	<u>433.172</u>	 <b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<u>517.147</u>	<u>433.172</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

12/01

**COMPLEXO ASSISTENCIAL CAIRBAR SCHUTEL - CACS**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO**

Valores em reais (R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> não auditado
Receitas com restrição	7	1.020.780	996.804
Receitas sem restrição	7	534.442	410.079
<b>Total de receitas</b>		<b>1.555.223</b>	<b>1.406.883</b>
Custo das Operações (CDI)	8	(1.069.981)	(1.001.684)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>		<b>485.242</b>	<b>405.199</b>
Despesas Administrativas (Sede)	9	(403.974)	(333.929)
<b>Resultado Operacional Líquido</b>		<b>81.268</b>	<b>71.270</b>
Receitas financeiras		1.628	5.141
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1.628</b>	<b>5.141</b>
<b>Superávit Líquido</b>		<b>82.896</b>	<b>76.410</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

1201

**COMPLEXO ASSISTENCIAL CAIRBAR SCHUTEL - CACS**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Valores em reais (R\$)

	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total do Patrimonio Líquido
<b>Saldos iniciais em 31.12.2019 (não auditado)</b>	<b>225.512</b>	<b>118.552</b>	<b>344.065</b>
Superávit do exercício	-	76.410	76.410
Incorporação do superávit do exercício	118.552	(118.552)	-
<b>Saldos iniciais em 31.12.2020 (não auditado)</b>	<b>344.064</b>	<b>76.410</b>	<b>420.475</b>
Superávit do exercício	-	82.896	82.896
Incorporação do superávit do exercício	76.410	(76.410)	-
<b>Saldos finais em 31.12.2021</b>	<b>420.474</b>	<b>82.896</b>	<b>503.371</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

12/21

**COMPLEXO ASSISTENCIAL CAIRBAR SCHUTEL - CACS**  
**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXOS DE CAIXA**

Valores em reais (R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> não auditado
<b><u>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</u></b>		
Superávit do Período	82.896	76.410
<i>Aumento (Diminuição) de passivos Circulantes</i>		
Obrigações sociais e trabalhistas	1.079	3.175
<b><u>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</u></b>		
	-	-
<b><u>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</u></b>		
	-	-
<b><u>Aumento (Diminuição) Líquida do Caixa</u></b>	<b><u>83.975</u></b>	<b><u>79.585</u></b>
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	252.069	172.484
Saldo de caixa e equivalentes no fim do exercício	336.044	252.069
<b><u>Aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa</u></b>	<b><u>83.975</u></b>	<b><u>79.585</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

12/1

## **Complexo Assistencial Cairbar Schutel**

### **Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

#### **1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

O CACS Complexo Assistencial Cairbar Schutel, organização da Sociedade Civil – (OSC) sem fins lucrativos, foi constituído em 08 de fevereiro de 1963, desenvolvendo programas sociais que beneficiam crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.

Em 30 novembro de 1981 foi declarado Instituição de Utilidade Pública Federal – Decreto nº 86.668, de 30.11.81. Em consequência, está imune a cobrança de Impostos e Contribuições de acordo com o que determina o Artigo 150, inciso VI, alínea C e Artigo 195, parágrafo 7.o, ambos da Constituição Federal de 1988;

Em 27 de dezembro de 1968 foi declarado instituição de Utilidade Pública Estadual, através da Lei nº 10.341, de 27.12.68;

Em 22 de maio de 1970 foi declarado instituição de Utilidade Pública Municipal, através do Decreto nº 9.795, de 26.05.70;

Certificado de matrícula na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/SP - SMADS - registro nº 02.395;

Certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social/SP COMAS – registro nº 232/2011;

Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP CMDCA – registro nº 0421/CMDCA/1994;



Registro no Conselho Estadual de Assistência Social/SP CONSEAS – registro nº 0311/SP/2000

Registro no Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades/SP CRCE – registro nº 0755/2015

Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social do MEC CEBAS- registro nº 71000.046332/2017-35;

Alvará da Vigilância Sanitária/SP – Licença de Funcionamento nº 355030801-880-000920-1-0;

Registro no Grande Conselho Municipal do Idoso/SP GCMI - registro nº GCMI/464/21.

O CACS Complexo Assistencial Cairbar Schutel, organização social sem fins lucrativos, foi criado há 60 anos movido pela busca de uma sociedade mais justa e com mais oportunidades, trabalhando para resgatar a dignidade e fomentar a autonomia de pessoas em situação de vulnerabilidade, desenvolvendo programas sociais de que beneficiam crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.

- Mantém hoje o CDI | Centro dia para Idosos Dr. Ricardo: atende até 30 pessoas idosas em vulnerabilidade social e pessoal; possuem limitações para realização das atividades de vida diária, convivem com suas famílias porem não dispõem de atendimento de tempo integral no domicílio;

- A Campanha contra a Fome CACS atende a 400 famílias cadastradas da região com a entrega de 1 cesta básica ao mês;

- Implantaremos o CCA | Centro para Crianças e Adolescentes: contraturno escolar para até 120 usuários de 6 a 14 anos em situação de vulnerabilidade e risco, desenvolvendo suas potencialidades, favorecendo aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania e fortalecendo vínculos familiares e comunitários.

Para viabilizar seu trabalho social, a organização conta com diferentes frentes de captação de Recursos:

- Convênio municipal: reembolsa 70% das despesas do CDI - Centro Dia para Idosos Dr. Ricardo;

- Mantenedores pessoa física: boletos mensais e campanha da Nota Fiscal Paulista;

- Brechó do CACS: comercialização de mercadorias usadas e seminovas recebidas em doação;

- 3 grandes eventos anuais – em março, agosto e dezembro: Bazar e Almoço Beneficentes.

## **2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 específica para Entidades sem Finalidades de Lucros.

### **RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a) Moeda funcional e de apresentação**

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

#### **b) Apuração de receitas e despesas do exercício**

As receitas e despesas devem ser registradas considerando o regime de competência dos eventos relacionados. Em alguns casos o regime de caixa condiz com o correto regime e período de competência de algumas receitas e despesas, porém, de modo geral, a aplicação do regime nos registros da entidade segue o regime financeiro de caixa.

#### **c) Instrumentos financeiros**

A entidade não possui instrumentos financeiros derivativos. Os demais instrumentos financeiros incluem apenas caixa e equivalentes de caixa.

#### **d) Ativos circulantes e não circulantes**

##### **Caixa e equivalentes de caixa**

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. Não compõem este saldo nenhum valor decorrente de receitas ou créditos vinculados a algum tipo de restrição que não o uso na operação normal da Entidade.



## **Aplicações financeiras**

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

## **Estoques**

A entidade não possui saldo de estoque, e não reconhece no seu balanço os bens oriundos de doações que tenham por finalidade a revenda em bazares, utilização em outros eventos ou futuras doações para os assistidos pelo CACS, que são reconhecidos exclusivamente pelo seu valor de venda quando comercializados.

## **Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição e não são depreciados em consequência, principalmente, da dificuldade de segregação dos valores depreciáveis (edificações) do total dos imóveis. Não foram reconhecidos nos saldos e controles da Entidade os bens, e benfeitorias, que, por ventura, foram recebidos por doações.

## **e) Passivos circulantes e não circulantes**

### **Obrigações trabalhistas**

As obrigações trabalhistas são compostas por verbas a pagar para o quadro de funcionários bem como os encargos incidentes como INSS e FGTS. A entidade não provisiona mensalmente as devidas verbas de 13º salário e férias e seus encargos, sendo registrados apenas quando da sua incorrência, ou por gozo, pagamento ou indenização.

### **Provisões**

As provisões devem ser reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que o recurso econômico seja referido para saldar a obrigação. As provisões devem ser registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A entidade não possui provisões registradas em 31/12/2021.

### **f) Receita de subvenções**

As receitas de subvenções referem-se aos valores recebidos da Prefeitura do Estado de São Paulo que representam aproximadamente 70% das despesas do CDI - Centro Dia

para Idosos Dr. Ricardo e são reconhecidas mensalmente, conforme acordado em convênio.

#### **g) Gratuidades, voluntários e doações**

As doações, efetuadas em dinheiro (ou transferência de créditos, transferências bancárias, etc.) são reconhecidas como receita da entidade no mês em que são recebidas. Doações em bens e direitos não são reconhecidos até que eventualmente sejam repassados pela entidade, momento em que tem seu valor de repasse reconhecido como receita.

A entidade não reconhece, tão pouco valoriza, doações de serviços (e/ou trabalhos voluntários recebidos), mesmo que sejam vertidos para uso interno da entidade.

Tão pouco há o reconhecimento, e valorização, das gratuidades vertidas a favor ou pela instituição para a sociedade e comunidade.

#### **h) Contribuições de associados**

Os associados contribuem para Entidade e possuem direitos e deveres em conformidade com seu Estatuto Social. Os pagamentos são realizados de forma voluntária e não há previsão de cobrança em caso de não recebimento em determinado período, durante o período sem o pagamento a única condição prevista é a perda dos direitos de associado.

#### **i) Aplicações e recursos**

Os recursos da entidade são aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.



### 3 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Caixas e Bancos	11.845	14.810
Poupança	64.502	45.933
Aplicações Financeiras (*)	259.697	191.326
<b>Total</b>	<b>336.044</b>	<b>252.069</b>

(\*) Essas aplicações foram remuneradas, em 2021 e 2020, com base no Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sendo remuneradas a taxas que variam entre 75,00% e 95,00%. Poupança remunerada pelo valor mercado.

### 4 – Imobilizado

Descrição	2021	2020
Imóveis	73.628	73.628
Veículos	71.689	71.689
Móveis e Utensílios	35.784	35.784
<b>Total</b>	<b>181.103</b>	<b>181.103</b>

### 5 – Obrigações Trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários à Pagar	2.351	618
IR Retido Fonte	857	1.454
FGTS	6.051	6.079
INSS	4.518	4.545
<b>Total</b>	<b>13.777</b>	<b>12.697</b>

*Handwritten signature or initials.*

## 6 – Patrimônio Líquido

Descrição	2021	2020
Patrimônio Social	420.475	344.064
Superávit do Exercício	82.896	76.410
<b>Total</b>	<b>503.371</b>	<b>420.475</b>

Os valores de déficit ou superavit de cada exercício são absorvidos pelo patrimônio social para utilização em suas finalidades institucionais em conformidade com Estatuto Social da Entidade. Não há previsão para reservas de qualquer natureza.

## 7 – Receitas

### Receitas com restrição

A Entidade firmou um convênio junto a prefeitura de São Paulo que garante o repasse de verbas para dispêndio exclusivo com gastos no atendimento de idosos de acordo com rubricas determinadas pelo próprio ente municipal.

Descrição	2021	2020
Convênios municipais	1.020.780	996.804
<b>Total</b>	<b>1.020.780</b>	<b>996.804</b>

### Receitas sem restrição

Descrição	2021	2020
Emendas municipais (1)	24.782	-
Doações espontâneas (2)	162.287	67.665
Associados (3)	57.351	68.864
Crédito nota fiscal paulista (4)	241.512	208.797
Bazar e afins (5)	44.143	50.580
Direitos autorais (6)	2.034	10.588
Outras	2.334	3.585
<b>Total</b>	<b>534.442</b>	<b>410.079</b>

1001

- (1) Recebimentos referentes a emendas de parlamentares;
- (2) Doações espontâneas de pessoas físicas e jurídicas em dinheiro ou transferências bancárias;
- (3) Contribuições de mensalidades dos associados;
- (4) Cessão de créditos gerados pelo programa Nota Fiscal Paulista recebidos de pessoas físicas e jurídicas;
- (5) Venda de produtos e artigos novos e usados produzidos por voluntários ou recebidos de doações;
- (6) Direitos autorais e vendas de livros revertidos em prol da entidade.

## 8 – Custos da Operação (CDI)

<b>CDI Dr. Ricardo</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Honorários PJ	14.720	-
Salários e Encargos	701.416	665.506
Veículos	5.535	-
Const. E Reforma	7.920	-
Indenizações	-	12.343
Despesas Diversos	3.432	8.671
Medicamentos	9.782	-
Copa e Cozinha	103.005	87.485
Material Escritório	9.485	16.696
Desp. Informática	5.173	6.015
Conserv.Bens e Instalações	6.657	27.362
Assessoria Contábil	11.760	12.740
Material Limpeza	22.691	15.785
Vale Transporte	5.641	5.442
Gás	4.640	-
Transporte Idoso	72.700	71.951
Oficinas	30.347	11.160
Cesta Básica	42.885	39.730
Outras	12.192	20.797
<b>Total CDI</b>	<b>1.069.981</b>	<b>1.001.684</b>

## 9 – Despesas Administrativas (Sede)

<b>Despesas Administrativas e Gerais SEDE</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Honorários – PF	7.720	5.779
Honorários – PJ	6.592	-
Salários e Encargos	98.100	94.567
Bens Pequeno Valor	9.822	-
Desp.Manut. Conserv. Bens	18.825	-
Energia Elétrica	-	8.886
Água e Esgoto	10.646	13.654
Seguros Gerais	3.173	7.903
Despesas com Veículos	6.182	6.374
Exame Admis. / Demissional	3.474	-
Legais / Judiciais	15.186	-
Conservação de Bens e Inst.	-	15.411
Assistência Odontológica	-	6.434
Despesas Informática	10.844	4.602
Construção e Reforma	80.683	123.607
Cesta Básica	88.577	5.580
Assessoria Contábil	6.440	5.460
Despesas Diversas	11.583	-
Outras Despesas	4.546	12.166
Despesas Tributárias	447	413
Despesas Abrigo 2	-	3.252
Tarifas Bancárias	21.133	19.842
<b>Total Sede</b>	<b>403.974</b>	<b>333.929</b>

101